

CONSELHO SUPERIOR ATA RESUMIDA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA Brasília, 19 de maio de 2000

Local: Sala de Reunião do Conselho - AEB

DOC CSP 011/2000 RESERVADO

Após abrir a 35ª Reunião Ordinária do CSP, o Presidente da AEB convidou o Sr. Rubens Rulli Costa, representando o Ministério de Minas e Energia, para sentar-se à mesa. Submeteu e teve a aprovada, com alterações, a proposta de Agenda (DOC CSP 06/2000 – Rev. 1). A seguir, deu posse ao senhor Walter Bartels, como membro suplente do Setor Industrial. Em seguida, submeteu para aprovação a ata resumida da 34º Reunião Ordinária (DOC CSP 05/2000). O representante do MRE expressou que iria sugerir pequenas mudanças de texto, as quais faria chegar diretamente à Secretaria do CSP. Após esta observação, a ata resumida foi aprovada.

ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS COM OS ESTADOS UNIDOS (INF CSP 05/2000) – O Presidente iniciou os debates sobre o tema afirmando que a assinatura de acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos efetivamente abria para o Brasil o mercado norte-americano de satélites. Assinalou que Washington havia assinado acordos semelhantes com a Ucrânia, China e França, entre outros países.

O representante do MRE concordou com as colocações do Presidente sobre o tema. Aduziu que o referido texto permitia ao Governo estadunidense dar licença de exportação para satélites ou foguetes a serem lançados em Alcântara. Tratava-se de passo indispensável para tornar o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA - viável comercialmente. Esse acordo estabeleceu procedimentos que impedem a transferência indevida de tecnologia. Adiantou que proximamente delegação brasileira irá a Kiev para negociar acordo semelhante com a Ucrânia, viabilizando o interesse da empresa Yuzhinoye (e das próprias autoridades ucranianas) de lançar o foguete Ciclone 4 no CLA.

O representante do Comando da Aeronáutica informou que o DEPED recebeu telefonemas de cidadãos preocupados com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, uma vez que a imprensa noticiou que, por intermédio desse texto, o Governo brasileiro estaria permitindo excessiva interferência norte-americana no CLA. Aduziu que, talvez, as autoridades brasileiras não tivessem informado, de maneira clara, à imprensa, sobre a natureza do Acordo, que se referia à questão de salvaguarda de tecnologia, condição necessária para a comercialização do CLA. Nada teria a ver, portanto, com eventual cessão de Alcântara para os Estados Unidos.

O Presidente concordou com as declarações do representante do Comando da Aeronáutica. Agregou que o Governo brasileiro deveria ser claro ao referir-se ao conteúdo daquele texto, que se concentrava em procedimentos detalhados referentes às operações a serem executadas no CLA para evitar a transferência não autorizada de tecnologia. Por sua própria natureza, o Acordo não mencionava outros aspectos do PNAE (veículos e satélites brasileiros, por exemplo), nem se tratava de acordo de cooperação tecnológica com os Estados Unidos.

MISSÃO DE ALTO NÍVEL À ALEMANHA (INF CSP 06/2000) - O Presidente iniciou a consideração do tema recordando seus antecedentes. Em novembro de 1999, em visita à Alemanha, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg, convidou sua colega alemã a visitar o Brasil, o que ocorrerá no presente ano. Para preparar esse evento, acordou-se realizar Missão de Alto Nível à Alemanha, em de junho de 2000, para considerar os temas que compõem a agenda bilateral, dentro eles a possibilidade de se assinar o Acordo-Quadro na área espacial. Ressaltou o Presidente que se tratava de cooperação historicamente importante, envolvendo o DLR. Expressou ainda que o mecanismo institucional não era mais adequado para a evolução da colaboração entre o Brasil e a Alemanha. Todos os textos a ela relativos referem-se a controle de mísseis e responsabilidades internacionais, conceitos não mencionados nos acordos genéricos de ciência e tecnologia. O novo texto teria por objetivo contemplar projetos específicos, como a participação da Alemanha em satélites brasileiros (o SSR, por exemplo).

O representante do MCT expressou que, no passado, o Brasil recebeu importante assistência técnica de entidades alemãs em várias etapas dos satélites SCD. Aduziu que, ao ensejo de visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Alemanha, o DLR teria expressado desejo de ampliar o escopo de sua cooperação. Seu interesse seria

1

participar do projeto relativo à carga útil do SSR. Assim sendo, o INPE contratou o DLR para a fase "A" (especificação) daquela iniciativa, com o vôo de uma câmara sobre a região amazônica. Buscava-se caracterizar o tipo de produto que se teria no SSR, em função da órbita equatorial (imagens do território brasileiro em diversos horários). O trabalho foi realizado em fevereiro e março do corrente ano, sendo que seus resultados começavam a ser conhecidos. Nessas condições, seria desejável obter da Alemanha indicações claras de seu interesse em câmara ou em protótipo a ser incorporado nos satélites. O edital do SSR deverá estar sendo lançado em junho.

O representante do Comando da Aeronáutica manifestou sua surpresa com a ida de missão à Alemanha sem menção à cooperação mais antiga (satélite recuperável). Solicitou ser informado sobre o tema e expressou dificuldade de obter junto ao MRE informações adequadas.

O Presidente esclareceu que as informações, objeto de sua intervenção e participação do representante do MCT, forneciam dados relativos à evolução mais recente de nosso relacionamento com a Alemanha. Sugeriu que o DEPED enviasse representante para compor missão preparatória brasileira.

O representante do Setor Industrial lembrou a colaboração alemã na área de lançadores, relativo ao quarto estágio do VLS-1. Essa cooperação teria sido dificultada pela falta de um acordo sobre o assunto.

O representante do MRE expressou não estar ciente de que o Comando da Aeronáutica tivesse problemas de interlocução com seu Ministério. Comprometeu-se a encaminhar aos demais órgãos de sua instituição os assuntos a serem tratados com o Comando da Aeronáutica.

Concluindo os debates sobre o item, o Presidente sugeriu que o DEPED integrasse a delegação brasileira junto à Missão de Alto Nível.

INTER-AGENCY SPACE DEBRIS COORDINATION COMMITTEE (IADC) -(INF CSP 07/200) – Em sua alocução introdutória sobre o tema, o Presidente indicou que se tratava do "lixo espacial", objeto de trabalhos por parte do COPUOS, onde historicamente se trata da questão. Encareceu a importância de se considerar os aspectos relativos ao "lixo espacial", tendo em vista, sobretudo, a possibilidade de se criarem exigências, em nível internacional, as quais poderiam provocar impacto sobre as nossas atividades espaciais. O Brasil deveria se tornar membro do Comitê e, nesse

<u>Se</u>

sentido, seria desejável que se dispusesse de elementos técnicos para embasar solidamente nossas posturas sobre a questão.

Após assinalar que, já há algum tempo, as potências espaciais se dedicavam ao tema, o representante do MRE expressou que o COPUOS desejava estabelecer regras para o lixo espacial. Ressaltou que a nossa política tem sido no sentido de fortalecer as atividades do COPUOS, o que, na prática, pouco teria produzido sobre a matéria. De qualquer maneira, não antevia qualquer problema no que respeitava à participação brasileira no COPUOS.

O representante do MCT sugeriu a criação de foro para discussão do "lixo espacial". No seu entender, o Brasil estaria capacitado a tratar do tema e participar do COPUOS. Sugeriu que o Comando da Aeronáutica indicasse alguém para tomar parte das discussões sobre a questão, com o que concordou o representante da referida instituição.

RÚSSIA (INF CSP 08/2000) - O Presidente informou que, há anos, o Brasil dispunha de Comissão de Alto Nível com a Rússia contemplando a área espacial.

O representante do MRE referiu que, durante muito tempo e devido à volátil situação interna da Rússia, o encontro bilateral de alto nível tinha sido adiado. Esclareceu que o diálogo entre os dois países foi mantido por intermédio de reuniões de nível mais baixo. Em junho vindouro, seria finalmente realizada a reunião da Comissão de Alto Nível.

O representante do Setor Industrial expressou que, nas negociações com a parte russa, dever-se-ia levar em conta a questão da contrapartida nas compras de equipamento.

A esse respeito, o Presidente expressou que, nas iniciativas de natureza comercial apresentadas pelo lado russo, sempre buscávamos colocar a questão da contrapartida. Destacou o oferecimento russo, relativo a tecnologia de satélites de alta resolução, aduzindo que, na área de foguetaria, a Rússia se afigura como fornecedor potencial, tendo sido oferecido o repasse de sua tecnologia. Aventou a hipótese de que seria, talvez, o caso de se pensar em sugerir a consideração desse tema pela Comissão de Alto Nível, bem como nos recursos necessários para se implementar iniciativa dessa natureza.

O representante do Comando da Aeronáutica ressaltou as dificuldades que cercam as negociações com a agência espacial e empresas russas. Assinalou que os russos eram bastantes agressivos comercialmente, desejosos de vender seus produtos.

De la companya della companya della companya de la companya della companya della

Assim sendo, deveríamos considerar nossos interesses e talvez escolhermos dois ou três tópicos para as negociações e, então, aguardarmos o resultado. Ressaltou as experiências negativas de sua instituição com a cooperação russa na área de foguetes com propulsão líquida.

O Presidente concluiu os debates propondo uma reflexão sobre o tema.

UCRÂNIA (INF CSP 09/2000) - O Presidente referiu-se à proposta da empresa ucraniania Yuzhnoye de estabelecer cooperação na área de pequenos lançadores com combustível líquido. Reconheceu que se tratava de proposta de interesse brasileiro, a qual deveria, no entanto, ser analisada de acordo com nossas prioridades e com questões de disponibilidade orçamentária, entre outras. Tratava-se de tema a ser examinado de forma desvinculada do projeto do foguete Ciclone. Devido à nossa realidade orçamentária e à finalização do processo de qualificação do VLS-1, sugeriu que esse assunto fosse postergado para época mais oportuna.

O representante do Comando da Aeronáutica concordou com a sugestão do Presidente. Destacou a necessidade de se examinar detidamente as ofertas de cooperação por parte da Ucrânia e da Rússia e detectar nosso real interesse de se implementar essa colaboração. Alertou que a proposta ucraniana se referia à incorporação de tecnologia antiga, tendente à obsolescência (hidrazina como combustível).

O representante do MRE expressou que, na próxima visita oficial à Ucrânia, marcada para 25 e 26 de junho (para negociar acordo de salvaguarda), poderiam ser feitas sondagens quanto àquela proposta ucraniana de cooperação. O Presidente concordou com a sugestão, encerrando os debates sobre o tema.

SATÉLITES DE SENSORIAMENTO REMOTO - Ao introduzir a questão, o Presidente ressaltou a importância do sensoriamento remoto com o aparecimento dos satélites de alta resolução e suas consequências para a aerofotogrametria. Tratava-se de tema do interesse do Ministério da Defesa. Expressou que a responsabilidade pelos levantamentos aeroespaciais havia passado para a Agência. Lembrou ainda que foi da AEB a decisão de instalar estação do Landsat em Cuiabá.

Em seguida, o representante do MCT convidou a Dra. Thelma Krug, Coordenadora Geral de Observação da Terra do INPE, para proferir palestra sobre suas 1 atividades.

Apresentação sobre satélites de sensoriamento remoto - A Dra. Krug referiu que, há anos, o Brasil vem desenvolvendo programas de sensoriamento remoto de grande impacto. Dentre eles, destacou o que possibilitou a estimativa, por satélite, do desflorestamento bruto da Amazônia brasileira. Esse projeto foi iniciado guando o Brasil era questionado internacionalmente com relação à situação da floresta amazônica. A análise visual de imagens de satélites propiciava efetivo e exato conhecimento dos incrementos das áreas desflorestadas anualmente, seu tipo, quantidade etc. Busca-se identificar as causas do desflorestamento, ajudando as atividades desenvolvidas pelo IBAMA (distribuição entre as áreas de desflorestadas e as utilizadas para agricultura de subsistência, por exemplo). Afirmou que os dados dos satélites permitiam espacializar o deflorestamento (que, em cerca de 80% de seu total, ocorria nos Estados do Pará, Amazônia, Rondônia e Acre) e identificar suas áreas críticas. O projeto permitia o monitoramento em nível municipal, e a identificação das regiões de desbaste seletivo. Descobriu-se que 40% das áreas de exploração madeireira foi abandonada.

Após registrar a existência de projeto para acompanhamento de incêndios florestais, a Dra. Thelma Krug expressou que se utilizava o sensoriamento remoto para elaborar modelos de previsão climática. Aduziu que a ocorrência de incêndios era normal em áreas de savana, situação tormada mais crítica devido ao fenômeno de "El Niño" (a área afetada seria de 11.929 km²).

Dentre outras aplicações do sensoriamento remoto, especificou o sistema de monitoramento de queimadas e prevenção de incêndios florestais, mapeamento ambiental e mapeamento urbano.

Uma vez terminada a exposição da Dra. Thelma Krug, o representante do MCT informou que, após 27 anos de atividades na área de sensoriamento remoto, valendo-se de satélites estrangeiros, pela primeira vez estávamos utilizando equipamento fabricado pelo Brasil, no caso, o CBERS. Esclareceu que se tratava de projeto de grande relevância, idealizado e executado com cuidado e atenção em todas as suas etapas (qualificação de pessoal etc). Ressaltou a necessidade de se continuar com essas atividades e iniciar estratégias para passar para o setor privado a comercialização desses dados.

Em seguida, convidou o Dr. Cláudio Bressan, funcionário do INPE, e o Dr. Enéas Rodrigues Brum, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Geotecnologia, para proferirem palestra sobre sensoriamento remoto.

O Dr. Bressan considerou inicialmente a questão do sensoriamento remoto e dos satélites em termos gerais. Assinalou que o emprego de sensores dependia de sua finalidade. Assinalou a existência de satélites de sensoriamento remoto para monitorar o nível do efeito estufa, da clorofila nas florestas, além da observação da Terra por imagens. Referiu-se aos diversos tipos de satélites ora desenvolvidos internacionalmente e suas respectivas aplicações. Dentre eles, destacou o satélite Terra (utilizado para desenvolver modelos para políticas de proteção ambiental), o satélite ORBVIEW 2 (com sensor para estudar o mar) e o satélite TRMM (para medida de chuvas tropicais). Informou que os satélites de sensoriamento remoto tendem para o aumento de sua resolução espacial e a incluir outros sensores para a observação da Terra (CBERS 3 e 4 e ENVISAT, por exemplo).

A terceira palestra sobre o tema foi proferida pelo Dr. Enéas Rodrigues Brum. O Dr. Brum reconheceu a tendência, na área de sensoriamento remoto, de se oferecer produtos com serviços de alta resolução. Assinalou a existência de três campos na geotecnologia - aquisição (aerofotogrametria), sensoriamento remoto e medições terrestres - a que se dedicam empresas especializadas. Referiu-se igualmente às práticas protecionistas utilizadas pelo Governo estadunidense para garantir mercado para as suas indústrias do setor.

Comentando esse último aspecto da palestra do Dr. Brum, o Presidente afirmou que a legislação norte-americana estabelecia sistema equivalente ao "Buy American Act" na área espacial.

O representante do MCT sugeriu fosse elaborada Resolução criando Grupo de Trabalho para estudar o tema e propor ao Governo alternativas para o melhor encaminhamento da questão.

O representante do Comando da Aeronáutica sugeriu maior entendimento com a AIAB, afim de que as preocupações desta Associação chegassem ao conhecimento do CSP. Reconheceu que o Governo brasileiro não recorria ao setor privado em termos de aerofotogrametria. Haveria uma série de conhecimentos desenvolvidos pelo setor público que poderiam ser repassados para as empresas privadas. Dessa maneira, agregar-seiam os esforços das áreas pública e privada para fortalecer o setor no País.

O representante suplente do Setor Industrial apoiou a proposta do representante do MCT. Indagou ao representante do MME sobre as restrições relativas à aerofotogrametria na área de exploração mineral. No seu entender, uma das razões que explicariam essas restrições seria a tentativa de manter as informações para uso do País.

1

Sugeriu que o GT desse à matéria tratamento similar ao norte-americano, ou seja, que o uso da informação deveria ser feito por empresa brasileira. Referiu-se à possibilidade de se encontrar figura jurídica em nossa legislação que protegesse a indústria nacional. Ponderou, por fim, que se teria mais apoio para essa idéia no Executivo do que no Legislativo.

O representante do MF afirmou que sua instituição envidava seus melhores esforços no sentido de equacionar devidamente o programa espacial. Confessou que o MF tinha plena consciência dos cortes impostos ao referido programa, necessários para a consecução do ajuste fiscal (controle dos gastos públicos, do nível da inflação e da arrecadação). Admitiu ser difícil encontrar equilíbrio entre a proteção e a abertura de mercado.

O representante suplente do Setor Industrial expressou que a indústria nacional não poderia conviver com a abertura do mercado aliada à política de altas taxas de juros. Em suma, nesses termos não se poderia competir com a indústria estrangeira.

O representante do MF defendeu os parâmetros da atual política econômica, afirmando serem a solução para os problemas enfrentados pelo País. Disse que as autoridades econômico-financeiras conheciam as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional, em especial pelo segmento de transporte aéreo civil (altas taxas de juros, questões cambiais etc.).

O Presidente concordou com o representante do MCT no sentido de se criar Grupo de Trabalho para tratar do tema de forma ampla, inclusive do satélite de alta resolução.

O representante do Comando da Aeronáutica expressou que o CSP deveria examinar cuidadosamente o projeto de lei que entregava a questão dos levantamentos aéreos para a AEB.

Após concordar com essa observação, o Presidente afirmou que o mandato do GT deveria ater-se à área espacial, proposta aprovada pelo plenário. Sugeriu a seguinte composição do GT: MD, MA, Cmd da Marinha, Cmd do Exército, MRE, MME, MCT, MMA, MAA, MP, MF e Setor Industrial.

Contratação dos satélites LANDSAT 4,5 e 7 — A pedido do Presidente, o Diretor-Geral da AEB efetuou minucioso histórico sobre as atividades da Comissão que se ocupou da contratação dos serviços dos satélites de sensoriamento remoto Landsat 4,5 e 7 pelo INPE. Recomendou e obteve do CSP a aprovação de texto de Resolução que ratificou o relatório da Comissão.

Legislação sobre levantamento espaciais - Como os representantes do Ministério da Defesa encarregados de palestra sobre o tema não puderam comparecer, o Presidente efetuou breve histórico a respeito da questão, postergando sua consideração para a próxima reunião do CSP.

SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO ESPACIAL (SINCESPAÇO) (DOC CSP 08/2000) - O Presidente efetuou breve relatório informativo sobre o estágio em que se encontrava o desenvolvimento da questão. Focalizou especialmente a necessidade de se incluir na Comissão de Coordenação do SINCESPAÇO representantes do MCT e do MDIC, dada a inclusão da ação "Regulamentação, Licença e Certificação Espaciais", constante do PPA 2000/2003, no Programa Tecnologia Industrial Básica e à criação do Sistema Nacional de Certificação.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE FOGUETES DE SONDAGEM (GT06) E FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO (GT07) (DOC CSP 09/2000) - O Presidente expôs a sugestão de que os GT's relativos à transferência de tecnologia de foguetes de sondagem (GT 06) e ao fortalecimento do setor produtivo (GT 07) fossem fundidos em um único grupo. O CSP decidiu em prol da fusão. Atendendo à proposta do representante do Setor Industrial, o Presidente comprometeu-se a levar ao CSP, em sua próxima reunião, a questão da regulamentação do SINDAE. A esse propósito, externou ser pessoalmente contra a regulamentação excessiva do SINDAE.

PROPOSTA DE LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE ISENÇÃO FISCAL DOS PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ESPACIAIS (DOC CSP 10/2000) - O representante do Comando da Aeronáutica iniciou os debates afirmando que sua instituição tem buscado obter isenções impositivas para empresas fornecedoras de produtos para atividades espaciais. Seu objetivo era evitar a sobrecarga de taxas. Assinalou a existência de entendimento com o MF no sentido de conceder isenção (IPI e II) para alguns itens, além de redução do ICMS, a ser obtida junto a Governos estaduais. Expressou seu desejo de incluir produtos da área espacial naquele esquema de isenções.

O representante do MF afirmou que o assunto poderia ser examinado pela Receita Federal. Como se tratava de projeto de lei, sugeriu a elaboração de Exposição de Motivos bem fundamentada para o encaminhamento adequado do tema. Propôs igualmente que a questão fosse levada ao CONFAZ, para debates, por intermédio da

1

Secretaria Executiva do MF. Aduziu que a tomada de decisão no âmbito do CONFAZ se dava por unanimidade.

O representante do Setor Industrial, após reconhecer a complexidade do tema, propôs incluir a consideração de aquisição feita por outras entidades além do Governo Federal.

O Presidente manifestou sua adesão ao MD no tratamento desse tema.

PROJETO UNIESPAÇO (INF CSP 10/2000) - Por sugestão do Presidente, o CSP decidiu postergar o exame desse tema para a próxima reunião.

PROJETO QUALIESPAÇO (INF CSP 11/2000) - O Presidente submeteu ao CSP a proposta de que a reunião do Subcomitê Técnico da ISO TC 20/SC, em 2001, seja realizada no Brasil e que o status do Brasil nos subcomitês TC 13 Space Data and Informations Transfer Systems e TC 14 Space Systems and Operations seja alterado de "O" (observador) para "P" (participante). O CSP concordou com a sugestão.

CONTRATO DE OBRIGAÇÕES COMPENSATÓRIAS ENTRE O INPE/FINEP E A EMPRESA CHINESA CHINA GREAT WALL INDUSTRY - Após breve histórico do assunto, feito pelo Presidente, o representante do Setor Industrial assinalou que o Acordo entre o INPE/FINEP e a empresa "China Great Wall Industry" havia estabelecido que se deveria envidar os melhores esforços no sentido de a parte chinesa adquirir, no esquema de compensações, produtos de alta tecnologia. Agregou que parte dos recursos disponíveis foram gastos com a aquisição de aço. O MRE, através do seu titular, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, teria determinado que se contemplasse o setor aeroespacial. O Departamento de Aeronáutica Civil da China teria interesse em adquirir instrumentos brasileiros de telemetria. Afirmou haver remetido carta sobre assunto ao Ministro de Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

O Presidente expressou que o Ministro da Ciência e Tecnologia havia recebido a carta e a havia enviado para seu parecer. Assim sendo, decidira submeter o assunto ao CSP, aduzindo ser muito difícil tratar com a estatal chinesa.

Sobre a guestão, o representante do MRE expressou que o Governo brasileiro tinha envidado e continuava envidando empenhados esforços no sentido de implementar o acordo de pagamento com a "China Great Wall". Esclareceu que dificilmente nossas autoridades poderiam forçar a parte chinesa a comprar produtos específicos. Afirmou

recear que poderíamos perder os recursos depositados na conta da empresa chinesa se não fosse autorizada a venda de automóveis para a China.

Atendendo à sugestão do Presidente, o CSP decidiu encaminhar o assunto para o MF, que elaboraria parecer técnico sobre o tema. Essa opinião embasaria a resposta do Presidente à consulta do Ministro da Ciência e Tecnologia.

O representante do Setor Industrial solicitou, no final dos debates sobre o tema, que a indústria participasse das futuras negociações com a China.

Por fim, o Presidente apresentou os temas constantes do item OUTROS ASSUNTOS (REUNIÃO BILATERAL COM A NASA; CHINA (INF CSP 12/2000); ÍNDIA (INF CSP 13/2000); COOPERAÇÃO AEB/NASA (Geodésia) (INF CSP 14/2000).

A próxima reunião foi marcada para 12 de julho - data a ser confirmada - no Centro Tecnológico do Exército, no Rio de Janeiro.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Trigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes do Comando da Marinha (suplente); Comando do Exército (suplente); Ministério das Relações Exteriores (titular/suplente); Ministério da Fazenda (titular); Ministério da Agricultura e do Abastecimento (suplente); Comando da Aeronáutica (titular/suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (titular); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); Ministério da Ciência e Tecnologia (titular) e Setor Industrial (suplente).

Luiz Gylvan Meira Filho

Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na 36ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de agosto de 2000.

eleje Merluer ditter uiz Felipe Mendonça Filho

Secretário